

A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS E DOS SENTIDOS: DO CANIBAL, DO HOMEM DESNATURADO E DO GOVERNANTE

THE CONSTITUTION OF THE SUBJECT AND THE SENSES: THE CANNIBAL, THE VICIOUS MAN AND THE GOVERNOR

LA CONSTITUCIÓN DE LOS SUJETOS Y SENTIDOS: DE CANÍBAL, DE HOMBRE DESNATURALIZADO Y DE GOBERNANTE

Zélia Maria Viana Paim*

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, BR

RESUMO: Neste artigo nos propomos a apresentar reflexões acerca da constituição dos sujeitos e dos sentidos no relato de viagem de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, *Comentários*, escrito em 1541 e publicado em 1555. Para tanto nos filiamos à perspectiva teórica da Análise de Discurso, fundada na França por Michel Pêcheux e institucionalizada no Brasil por Eni Orlandi. Neste estudo procuramos mostrar como podemos compreender a constituição mútua entre sujeito, sentido e história. Tratamos, assim, das relações de força que fundam os percursos de produção de sentido para uma sociedade como a nossa a partir de sequências discursivas recortadas no relato em análise.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; sujeito; sentido; história.

ABSTRACT: In this paper we offer reflexions on the constitution of subjects and senses in Álvaro Núñez Cabeza de Vaca report, *Comentarios*, written in 1541 and published in 1555. Based on the theoretical perspective of Discourse Analysis, founded in France by Michel Pêcheux and institutionalized in Brazil by Eni Orlandi, we intend to present how the mutual constitution of subject, sense and history can be understood. Thus, we treat the force relations that founded the pathways of sense production for a society such as ours, from the discursive sequences selected in the report in question.

KEYWORDS: discourse; subject; sense; history.

RESUMEN: En este artículo se propone presentar reflexiones acerca de la constitución de los sujetos y de los sentidos en relato de viaje de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, *Comentarios*, escrito en 1541 y publicado en 1555. Para ello se toma como base la perspectiva teórica del Análisis del Discurso, fundada en Francia por Michel Pêcheux e institucionalizada en Brasil por Eni Orlandi. En este estudio hemos tratado de mostrar cómo podemos entender la mutua constitución del sujeto, el significado y la historia. Tratamos así las relaciones de poder que subyacen en los caminos de la producción de sentido para una sociedad como la nuestra a partir de secuencias discursivas cortados en el relato en cuestión.

PALABRAS-CLAVE: discurso; sujeto; sentido; historia.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomo-nos a apresentar reflexões acerca da constituição dos sujeitos e dos sentidos no relato de viagem de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, *Comentários*, escrito em 1541 e publicado em 1555. Para tanto, filiamo-nos à perspectiva teórica da Análise de Discurso, fundada na França por Michel Pêcheux e institucionalizada no Brasil por Eni Orlandi. A noção que perpassa esse estudo como um todo é a do sujeito. Ao considerarmos as *modalidades* propostas por Pêcheux ([1975], 1988, p. 213): a *identificação*, a *contra-identificação* e a *desidentificação do sujeito* com a formação discursiva (FD) na qual se insere num determinado momento histórico-social, privilegiamos a *modalidade de identificação* para o desenvolvimento deste estudo. Entendemos que o sujeito-relator sofre o processo de interpelação e está assujeitado a uma determinada ideologia, identificando-se plenamente com uma dada FD. Essa identificação/interpelação do sujeito está ligada também à produção dos sentidos, advindos do interdiscurso, “a memória do dizer”, que determina a FD com a qual ele deve identificar-se em meados do século XVI.

Para entendermos o discurso desse *outro em outro tempo*, buscamos entender o movimento dos sentidos; os deslizos, as derivas próprias às condições de produção em que estão imersos. Acrescenta-se que, do ponto de vista do analista de discurso, “não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos

* Pós-doutoranda do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPD/CAPES), Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM/Laboratório Corpus). E-mail: zeliampv@gmail.com.

de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles” (ORLANDI, 1996, p. 144). Do ponto de vista do historiador, “toda a margem delimita, ao mesmo tempo inclui e exclui, integra e divide, transita entre o diferente e o mesmo” (NOVAES, 1999, p. 7). Significar, portanto, decorre de condições de produção compreendida, segundo Orlandi (1988, p. 85), como “o contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto de discurso, de tal forma que aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação aos outros discursos, etc”.

Podemos dizer que os sujeitos e os sentidos se constituem concomitantemente, imbricam-se e apontam para determinada posição-sujeito no interior do discurso, a qual está em conformidade com o lugar sócio-histórico e ideológico em que o discurso foi elaborado. Esse lugar possibilita ao sujeito uma determinada tomada de posição diante do seu discurso, produzindo determinados efeitos de sentido. A partir desse posicionamento inicial, em nosso estudo sobre o sujeito e os sentidos, elegemos como objeto de análise o discurso do sujeito sobre o indígena guarani.

Apresentamos, então, algumas distinções importantes para o desenvolvimento deste estudo: primeira, o relato de viagem é o suporte textual a partir do qual se constrói o *corpus*; ele fornecerá sequências discursivas recortadas em função da questão a ser investigada. Segunda, o recorte, conforme Orlandi (1987, p. 140), “não é um segmento mensurável em sua linearidade”, e sim um “pedaço” que o analista promove em função de seu trabalho e de seus objetivos. Terceira, procuramos estabelecer sequências discursivas para localizar os pontos pertinentes aos processos em análise que serão referidas como SD1, [...] SD5. Entendemos que há tomadas de posições do sujeito que se manifestam discursivamente, produzindo determinados efeitos de sentido e não outros, sempre inscritas em uma FD que funciona como dominante em condições de produção dadas; no caso deste estudo, a FD mercantilista-colonialista.

2 O OLHAR PARA A HISTÓRIA

Para dar conta da exterioridade que constitui o discurso, buscamos a conjuntura sócio-histórica na qual se insere o sujeito-viajante. Desde a descoberta, inúmeros foram os viajantes que, financiados pelo Estado, pela alta aristocracia, por academias científicas ou às suas próprias custas, visitaram nosso país. Nessa perspectiva, voltamos o olhar ao tempo que sucedeu às primeiras viagens exploratórias à Terra de Vera Cruz. O *mito* move os exploradores que se lançam em busca do *Eldorado*, do *rio de Ouro* e do *rio de Prata*. As naus se sucedem mais ao sul de Vera Cruz, junto à costa da terra, navegando um mar perigoso de águas muito rasas ao longo de uma praia retilínea, plana, arenosa, de vegetação raquítica batida pelos ventos.

Os exploradores se aventuram, abordando a terra dos charruas às margens de um rio que mais parecia um mar de água doce, o Prata. Os charruas falavam outra língua, diferente daquela falada ao norte, mas os primeiros viajantes dessas paragens – os portugueses – quiseram entender que região adentro existia um *poderoso rei branco cujo reino era rico em ouro e prata*. Esse novo mito abastece o imaginário do explorador.

Ao primeiro explorador espanhol do rio da Prata, Pedro de Mendonça, é outorgado o título de *adelantado* e capitão geral com privilégios em troca dos quais assume compromisso de povoar as terras para sua Majestade o Rei Carlos V e incorporá-las à cristandade. A expedição de Pedro de Mendonça funda ao sul do continente a sua base de operações, a feitoria de *Buen Aire* e à medida que sobem o rio *Buena Esperanza*, *Assunción* e *Candelária*. Destas, somente *Assunción* resiste aos ataques dos charruas e querandis.

Com a morte do *adelantado* e com seu sucessor desaparecido em busca das terras do poderoso rei branco, a região do rio da Prata passa a ser governada por Domingos Martínez de Irala que instituiu o sistema de *encomiendas*¹. O Conselho das Índias determina que Irala permaneça no cargo até ser nomeado um novo *adelantado*, com deveres e direitos contratados perante a Coroa espanhola.

Como segundo *adelantado* é contratado um navegador que retorna à Espanha após longa aventura entre os índios americanos: dom Álvaro Núñez Cabeza de Vaca que, durante dez anos, percorre dezoito mil quilômetros desde seu naufrágio na Flórida. Durante este período, junto com outros três naufragos,

¹ Neste sistema o europeu era o senhor de terras a quem o indígena, enquanto vivesse, prestava tributos em serviço pessoal.

atravessa o território americano e entra em contato com importantes tribos como os sioux e os zuni. Cabeza de Vaca escreve sobre sua aventura em seu primeiro relato de viagem, *Naufrágio*. Com sua nomeação, investe 40 mil ducados de sua fortuna confiante na descoberta do rei branco, de suas cidades imponentes, templos e tesouros grandiosos.

O relato dessa segunda aventura é publicado, em 1555, com o nome de *Comentários*, o qual se analisa a seguir. Esse é o primeiro relato de viagem ao sul do Brasil, o qual foi elaborado a partir da expedição de Cabeza de Vaca, iniciada em Santa Catarina em 1541, rumo à Assunción, no Paraguai, seu destino final, e sede de seu breve governo. Neste estudo, recortamos na materialidade linguística sequências discursivas que se referem à viagem entre Santa Catarina e *Assunción* [SD2 a SD4] e ao governo de *Assunción* [SD1 e SD5].

2.1 O sujeito-canibal

O ano é 1541, não há consenso entre Portugal e Espanha sobre os limites de suas posses. Para os primeiros, a linha de Tordesilhas passa pelo sul da ilha de Santa Catarina, à altura de Laguna e, para os segundos, a divisa se situa muito mais ao norte, na capitania de São Vicente. Somam-se a esse problema político-administrativo, os itens contratuais de Cabeza de Vaca com a Coroa espanhola. Esses determinam que, se o novo *adelantado* tivesse sucesso, teria direito a nomear seu sucessor e a posse de toda a colônia do Rio da Prata, com suas duzentas léguas de costa atlântica até o litoral de Santa Catarina. No entanto, se o sucessor do primeiro *adelantado* reaparecesse, Cabeza de Vaca assumiria o lugar de seu preposto e ganharia, a título de compensação, o governo e exploração, por doze anos, da ilha de Santa Catarina.

O verdadeiro relator dessa expedição, Pero Hernández, ocupa o lugar social de escrivão; no entanto, seu relato se insere na sociedade e na cultura europeia do século XVI como sendo de autoria de Cabeza de Vaca. Com relação à produção da autoria dos relatos de viagem, Orlandi observa que

o relatado não era baseado na observação direta dos fatos, mas na obtenção de dados por fontes relatadas e não era escrito por quem “assinava” como autor. No entanto os produtos dessa façanha não perdiam a sua institucionalidade: eram considerados fidedignos e legítimos. [...] muitas vezes eles nem conviveram com os índios ou viveram os fatos; contam o que lhes contavam as fontes (ORLANDI, 1990, p. 108).

Entendemos que a fidelidade e a legitimidade do relato em questão relevam também do fato de Pero Hernández ser escrivão; isto é, oficial que escreve documentos de fé pública a serviço da Coroa espanhola. Observamos que o relator faz referência a ritos de antropofagia que se estendem por meses e que abarcam desde o aprisionamento, a engorda e a matança da vítima, o que aponta para narrativas idênticas, repetições que se originam no fato de que a fonte era a mesma: os intérpretes. O ritual de antropofagia é descrito através de paráfrases, como forma de reiterar sentidos já produzidos, advindos do interdiscurso. No relato em análise, o ritual de antropofagia é assim discursivizado:

(SD1) Essa nação dos guaranis fala uma linguagem que é conhecida por todas as outras castas da província e come carne humana de todas as outras nações que têm por inimigas. Quando capturam um inimigo na guerra trazem-no para seu povoado e fazem com ele grandes festas e regozijos, dançando e cantando, o que dura até que ele esteja gordo, no ponto de ser abatido. Porém enquanto está cativo, dão a ele tudo o que quer comer e lhe entregam suas próprias mulheres ou filhas para que façam com elas seus prazeres. São essas mesmas mulheres que se encarregam de tratá-lo e ornamentá-lo com muitas plumas e muitos colares que fazem de ossos e de pedras brancas. Quando está gordo, as festividades são ainda maiores. Os índios se reúnem e adereçam três meninos de seis ou sete anos de idade e colocam-lhes nas mãos umas machadinhas. Chamam então um índio que é tido como o mais valente entre eles, colocam-lhe uma espada de madeira nas mãos, que chamam de macana, e o conduzem até uma praça onde o fazem dançar. Terminada a dança, dirige-se para o prisioneiro e começa e golpeá-lo pelos ombros, segurando o pau com as duas mãos. Depois bate-lhe pela espinha e em seguida dá seis golpes na cabeça, o que ainda não é suficiente para derrubá-lo, pois é impressionante a resistência que possuem, especialmente na cabeça. Somente depois de muito bater com aquela espada, que é feita de uma madeira negra muito resistente, é que consegue derrubar o prisioneiro e inimigo. Aí então chegam os meninos com as machadinhas, e o maior deles, ou o filho do principal, é o primeiro a golpeá-lo com a machadinha na cabeça até fazer correr sangue. Em seguida, os outros também começam a golpear e, enquanto estão batendo, os índios que estão em volta gritam e incentivam para que sejam valentes, para que tenham ânimo para enfrentar as guerras e para matar seus inimigos; que se recordem que aquele que ali está já matou sua gente. Quando terminam de matá-lo, aquele índio que o matou toma o seu nome, passando

assim a chamar-se como sinal de valentia. Em seguida, as velhas pegam o corpo tombado, começam a despedaçá-lo e a cozinhá-lo. Depois repartem entre si, sendo considerado algo muito bom de comer, e voltam às suas danças e cantos por mais alguns dias, como forma de regozijo (CABEZA DE VACA, [1555] 2003, p. 144-145).

Em primeiro lugar, o sujeito-relator aproxima duas formas verbais: “fala” e “come”. O complemento de cada uma dessas formas faz parte do conhecimento sobre o Novo Mundo, reitera sentidos já produzidos, mas a aproximação das duas acentua a diferença entre o europeu e seu objeto discursivo, os guaranis. Esses são descritos como sujeitos que dominam a língua de comunicação entre as diferentes “castas” e comem seus inimigos de guerra. A referência à língua falada, ao mesmo tempo em que humaniza o indígena, justifica a aliança que busca o explorador frente ao leitor europeu para quem se dirige. No entanto, outros efeitos de sentidos emergem em “falam a mesma língua” aquele que produz o efeito de poder e unidade do guarani e aquele que produz o efeito de dominação desse pelo explorador através da língua escrita.

A seguir, há necessidade de legitimar o discurso, de dar veracidade aos fatos observados. O relator coloca-se, então, como testemunha ocular ao enumerar: “três meninos”, “seis ou sete anos”, “seis pauladas”; ao nomear: “uma espada”, “chamam de macana”; ao qualificar: “impressionante a resistência que possuem, especialmente na cabeça”, “o maior deles, ou o filho do principal”, “as velhas” e a “madeira negra muito resistente”. A especificidade do testemunho reside no fato de que o enunciado sobre a realidade é inseparável da autodesignação do sujeito que testemunha, resultando a formulação “eu estava lá” ou pude eu próprio testemunhar (RICOEUR, 2007, p. 172). Em nosso estudo, o testemunho torna digno de fé esse relato institucionalizando-o como prova documental para a história e legitimando-o enquanto fonte de saber para a representação do Brasil no século XVI.

Os guaranis, por sua vez, estão imersos num mundo em que as forças da natureza exercem um importante papel. Esses praticam a antropofagia como culto mágico em que a divisão e distribuição das partes do corpo entre o grupo fortalece e atualiza temas como o do sacrifício, da identificação e da comunhão. O ritual conduzido pelo Pajé convoca as forças da natureza para o êxito de suas colheitas e de suas guerras. O europeu ao pensá-lo como ritual que faz parte da religiosidade dos guaranis, tenta por isso mesmo apagá-lo como tal e dar início à circulação de determinados enunciados. Daí a referência ao canibalismo ser uma convenção dos relatos de viagem e constituir momentos peculiarmente potentes para a identificação das relações de contato e para o estabelecimento dos modos de representação do outro.

2.2 A servidão voluntária

Na representação do outro, a primeira leitura dos recortes a seguir ressalta a cordialidade, a hospitalidade das numerosas aldeias de guaranis e a fartura de alimentos que o *adelantado* encontra na sua entrada pela terra. O que se constitui neste relato foi o papel de senhor das terras percorridas e o papel daqueles que ocupavam a terra, mas não eram seus donos:

(SD2) Chegaram a três povoados de índios, situados muito próximos um do outro, cujos senhores principais se chamavam Añiriri, Cipoyay e Ticanguanzu. Quando esses índios souberam de sua chegada saíram para recebê-los, carregados de muitos mantimentos e muito alegres, demonstrando grande prazer com sua vinda. De sua parte, o governador também os recebeu com grande prazer e amizade e, além de pagar-lhes o preço que valiam, deu aos índios principais muitos presentes, inclusive camisas, o que os deixou muito contentes. Esses índios pertencem à tribo dos guaranis, são lavradores que semeiam o milho e a mandioca duas vezes por ano, criam galinhas e patos da mesma maneira que nós na Espanha, possuem muitos papagaios, ocupam uma grande extensão de terra e falam uma só língua. Mas também comem carne humana e tanto pode ser dos índios seus inimigos, dos cristãos ou de seus próprios companheiros de tribo. É gente muito amiga, mas também muito guerreira e vingativa (CABEZA DE VACA, [1555] 2003, p. 129).

(SD3) Era impressionante ver o medo que aqueles índios tinham dos cavalos. Para que os cristãos a cavalo não os ameaçassem, eles logo procuravam dar-lhes galinha, mel e outras coisas de comer. [...] os cristãos e os cavalos, que eram personagens estranhos por aquelas terras. [...] Seguindo seu trajeto por aquelas terras, o governador e sua gente chegaram a um povoado dos guaranis, cujo senhor principal, chamado Pupegaje, saiu a caminho para recebê-los, muito alegre e trazendo mel, patos, galinhas, milho, farinha e outras coisas. Através do intérprete, o governador lhe agradeceu a acolhida, fez-lhe o pagamento e ainda deu para o principal muitos presentes, entre eles tesouras e facas. Deixou os índios desse povoado tão alegres e contentes, que pulavam, dançavam e cantavam de prazer (p. 131).

Ao nomear os sujeitos para atribuir-lhes acontecimentos, tornam-se mais determináveis as referências. Nomear – *Añiriri, Cipayay, Ticanguanzu* (SD2), *Pupegaje* (SD3) – é determinar o desconhecido familiar, atribuir-lhe um acontecimento, determinar-lhe o complemento, estabilizar o sentido que poderia ser outro. Uma vez estabilizado, o sentido é governado pela reciprocidade, pela idealização das relações entre viajantes e guaranis. Desse modo, os guaranis foram descritos no seu modo de servir – “carregados de muitos mantimentos” (SD2), “demonstrando grande prazer” (SD2) “trazendo mel, patos, galinhas, milho, farinha e outras coisas” (SD3) – e o governador no seu modo de pagar – “o preço que valiam”, “deu aos índios principais muitos presentes, inclusive camisas” (SD2), “deu para o principal muitos presentes, entre eles tesouras e facas” (SD3).

Os guaranis formam um todo homogêneo: “falam uma só língua”, “ocupam grandes extensões de terra”, “comem carne humana” que pode ser dos “seus inimigos”, “dos cristãos” ou “de seus próprios companheiros de tribo” (SD2). Para o sujeito-relator, o guarani “ocupa grandes extensões de terra” e “possui muitos papagaios” (SD2), constituindo-os como sujeitos sem lei, sem propriedade privada, são enunciados que justificam a razão da apropriação e do governo de Cabeza de Vaca. Para nós, o europeu, ao tomar posse do espaço desconhecido, toma posse, também, da língua desconhecida, estabilizando-a na escrita. Há um batimento entre o acontecimento, com o gesto de posse e a constatação da necessidade desse saber, e a história, o aprendizado pelo intérprete e a gramatização mais tarde pelos jesuítas.

Nas sequências discursivas (SD2 e SD3), os encontros com os dirigentes locais, que formam os elementos básicos do processo discursivo, são negociações apenas, nas quais o governador procura assegurar sua sobrevivência e salvo-conduto em troca da oferta de bens ou tesouros europeus. Não obstante, além dessas *iscas*, tinham outro trunfo: “o medo que aqueles índios tinham dos cavalos” (SD3). O conhecimento – cristãos a cavalo – não é descrito pelo europeu como mudança histórica na forma de vida guarani. Desse modo, o sujeito-relator identifica-se a FD dominante, atualizando sentidos de lacuna e falta no modo de conhecimento atribuído ao guarani. Dando continuidade ao nosso estudo, observemos os recortes a seguir:

(SD4) Era comum, portanto, os índios irem à frente abrindo caminho [...]. Quanto mais perto chegava tanto maior era a recepção, com mulheres e crianças se colocando em fila para oferecer vinho de milho, pão, pescado, batata, galinha, mel, veado e muitas outras coisas, que repartiam graciosamente e, depois, em sinal de paz, levavam as mãos para o céu (CABEZA DE VACA, [1555] 2003, p. 140).

(SD5) O enorme batalhão de índios que os seguia se estendia por mais de uma légua, garbosamente formado, com todos os índios marchando ordenadamente, exibindo suas plumagens e pinturas, bem como seus arcos e flechas ornamentados. Depois deles no corpo de batalha, seguiam o governador com sua gente a cavalo, e logo a infantaria dos espanhóis, com os arcabuzeiros e balisteiros. Vinham a seguir as mulheres, que carregavam a munição e os mantimentos dos espanhóis, já que os índios levavam seus mantimentos em meio a seu próprio batalhão (p. 152-153).

O guarani discursivizado dispõem-se naturalmente a servir Cabeza de Vaca, o outro não é descrito individualmente, mas como constituinte de uma “fila” (SD4) – “mulheres e crianças” - ou de “enorme batalhão” (SD5) – “índios” e “deles” - sempre numerosos e abrindo o caminho na paz e na guerra “com seus arcos e flechas ornamentados” (SD5). Na paz, as mulheres oferecem “vinho de milho, pão, pescado, batata, galinha, mel, veado e muitas outras coisas” (SD4) e, na guerra, “carregavam a munição e os mantimentos dos espanhóis” (SD5). O governador, por sua vez, dispensa aos indígenas bom tratamento e comanda “sua gente”, os espanhóis que formam a “infantaria” e são determinados pelas armas que portam como “arcabuzeiros” e “balisteiros” (SD5). Os guaranis são os outros; isto é, gente de ninguém e sem comando. Esse outro serve ao governador como ponta de lança e animal de carga.

Paradoxalmente, os indígenas vão se tornando visíveis; isto é, os referentes ganham visibilidade – “graciosamente”, “levavam as mãos para o céu” (SD4), “marchando ordenadamente, exibindo suas plumagens e pinturas” (SD5) – e ao mesmo tempo vão sendo apagados porque determinados por outro. Os guaranis são sujeitos sem voz constituídos como “servidores voluntários”. O governante das terras, Cabeza de Vaca, em nome da Coroa espanhola, assume seu papel e recebe os guaranis que encontra pelo caminho com amabilidade, distribuindo favores e bloqueando direitos, pagando o preço “justo” pelos alimentos, assumindo o papel de senhor diante de seus vassallos.

3 O DIREITO NATURAL

A operação ideológica legitimadora do direito natural do senhor sobre seus servos, parte da idéia de que Deus, como legislador supremo, ordena hierarquicamente os seres segundo sua perfeição e grau de poder, e determina as obrigações de mando e de obediência entre esses graus, em que o superior comanda e subordina o inferior, o qual naturalmente lhe deve obediência. Os indígenas são incapacitados para se reger por si mesmos, para exercer a soberania e administrar seus domínios. Por esse motivo, devem ser submetidos a outros povos de nível cultural superior, as ditas nações polidas do mundo. É justo, normal e de acordo com a *lei natural* que todos os homens probos, inteligentes, virtuosos e humanos dominem todos aqueles que não possuem essas virtudes. Sepúlveda argumenta com base na lei natural que:

Es creencia que tales son los pueblos bárbaros e inhumanos apartados de la vida civil, conducta morigerada y práctica de la virtud. A éstos les es beneficioso y más conforme a derecho natural el que estén sometidos al gobierno de naciones o príncipes más humanos y virtuosos, para que con el ejemplo de su virtud y prudencia y cumplimiento de sus leyes abandonen la barbarie y abracen una vida más humana, una conducta morigerada y practiquen la virtud² (SEPÚLVEDA, [1549], 1996, p. 23)

Mais tarde, em 1550, Juan Ginés Sepúlveda em debate com Bartolomé de Las Casas defende a tese da “servidão voluntária”, segundo a qual a liberdade é uma “facultas da vontade humana”, isto é, um poder escolher, um poder agir, um poder fazer ou não fazer, sendo uma faculdade, é alienável; isto é, intransferível voluntariamente para outro, de sorte que a servidão, sendo voluntária, não é injusta, ilegal ou ilegítima. Dois anos antes, o jovem La Boétie ([1548], 1997, p. 27) define *servidão voluntária* como um “vício monstruoso” que a natureza nega ter criado e a língua recusa por nome. Vício das sociedades divididas que consiste em um número infinito de pessoas não só a obedecer, mas a servir e ainda por cima querer fazê-lo. Nas palavras de La Boétie:

se acaso nascessem gente completamente novas, que não estivessem acostumadas à sujeição nem soubessem o que é a liberdade, que tudo ignorassem sobre uma e outra coisa, incluindo os nomes, e lhes fosse dado a escolher entre o serem sujeitas ou viverem livres, qual seria a escolha delas? Uma coisa é certa, porém: os homens, enquanto neles houver algo de humano, só se deixam subjugar se foram forçados ou enganados (LA BOÉTIE, [1548] 1997 p. 30-31).

Nesse sentido, “não importa discutir se a liberdade é natural, provado como está ser a escravidão uma ofensa para quem sofre”, escreve La Boétie (p. 27). Para Clastres (1997, p. 64-65), esse autor “transcende toda a história conhecida para dizer: outra coisa é possível”. O que ele descobre resvalando assim para fora da história, é isto de ser histórica a sociedade onde o povo sente o desejo de servir; de ter data de nascimento e de algo, seguramente, ter ocorrido para, partindo da liberdade, os homens caírem na servidão. Nessa queda da sociedade na submissão voluntária de quase todos a um só, reside o sinal de uma perda humilhante porventura irreversível: o homem novo, produto do infortúnio, este ser, difícil de nomear e descrever, é o *homem desnaturado*.

Para Clastres (1997, p. 69), os selvagens de antes da civilização, os povos de antes da escrita, as sociedades de antes da história: “são seguramente as chamadas sociedades primitivas, primordiais por se desenvolverem na ignorância da divisão, primeiras por existirem antes do fatal infortúnio”. Entendemos que existe uma relação entre o corpo sem discurso, desnudo e a força de trabalho desenraizada, despojada e disponível, que os exploradores europeus tão desumanamente e incansavelmente lutam para criar em suas bases no exterior. O estado de natureza emerge como um estado relacionado à perspectiva de intervenção transformadora por parte da Europa: um vasto projeto de colonização e escravização. No entanto, o discurso que idealiza as relações entre os indígenas guaranis, Cabeça de Vaca e sua gente é o da “hospitalidade guarani” e o do “governo justo”.

4 CONSIDERAÇÕES

Entendemos que o sujeito e o sentido se constituem mutuamente no discurso, pressupondo uma tomada de posição por parte do sujeito relator em relação à FD dominante no momento sócio-histórico. As sequências

² Acredita-se que assim são as nações bárbaras e desumanas, estranhas à vida civil e aos costumes pacíficos. A essas nações é benéfico e mais de acordo com o direito natural que sejam submetidas ao império de príncipes e de nações mais cultivadas e humanas, de modo que graças à virtude dos últimos e à prudência de suas leis, eles abandonam a barbárie e se adaptam a uma vida mais humana e ao culto da virtude. (Tradução nossa).

discursivas recortadas no relato analisado dão a conhecer o sujeito governador – Cabeza de Vaca –, ao atribuir-lhe o comando das relações estabelecidas com o indígena guarani e com os espanhóis. O sujeito-relator enfatiza esse papel estabelecido no discurso pelo uso do nome “governador”. O sujeito relator elabora representações de tomadas de posição do sujeito-governador, posições que o constituem como sujeito identificado à FD mercantilista-capitalista. A partir da constituição do sujeito indígena guarani, o outro, como servidor voluntário, é construído o sujeito governador-justo, fundando o discurso que idealiza a relação governador e governado.

O sujeito-relator determina sentidos sobre o outro, contribuindo para a ritualização e a circulação de determinados enunciados. O guarani é o canibal amigo, ocupante de uma grande extensão de terra, falante de uma mesma língua, sujeito coletivo, massa homogênea servidora. Esse discurso determina efeitos de sentido para o indígena guarani no projeto colonial. Redundância, descontinuidade e irrealidade são algumas das principais coordenadas para constituir o outro com neutralidade e cega repetição. Nessa perspectiva, o procedimento discursivo do outro que nos conta é a produção do imaginário necessário para a formação de um país a ser colonizado; para concretizá-lo como um projeto, constituí-lo na sua especificidade como objeto simbólico. Nesse discurso, “encontramos modos de tomar posse” (ORLANDI, 1990, p. 19).

No entanto, sentidos podem ser fundados lá onde outros estão instalados, atualizando a propriedade que reside na elaboração de uma nova tradição, resignificando o que veio antes e instituindo uma memória outra. Segundo Orlandi, os discursos estabelecem uma história que, na perspectiva discursiva, é produção de sentidos:

Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas as relações com o poder (a política). Assim, a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos. A relação com a história é dupla: o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, mas também é histórico porque cria tradição com o passado, e influencia novos acontecimentos (ORLANDI, 1990, p. 35).

O *outro que nos conta* lança seu olhar a novos lugares, a terras novamente e novamente descobertas, procurando controlar discursivamente a diferença. O que importa aqui está na extensão e na intensidade das novas experiências, de um sentido que se move paralelo a tudo que se oferece de verdadeiramente novo: novos mitos, novo homem, novo espaço, novas promessas de riquezas. A ambiguidade dos caminhos e o verossímil dos discursos unem-se ao silenciamento da alteridade. O indígena não é o outro constitutivo do europeu porque é ser a-histórico (Orlandi, 1990), a sua historicidade constitutiva é silenciada. O que procuramos mostrar, ao longo deste estudo, é o funcionamento dos sentidos que se dão por evidentes e definidos no discurso do sujeito identificado à FD mercantilista em meados do século XVI.

REFERÊNCIAS

- CABEZA DE VACA, A. N. Comentários. In: _____. *Naufrações e comentários*. Porto Alegre: L&PM, [1955]2003. p. 121-253.
- CLASTRES, P. Liberdade, infortúnio, inominável. (ensaio anexo) In: LA BOÉTIE, E. de. *Discurso sobre a servidão voluntária*. 2. ed. Trad. e pref. Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona, [1548]1997. p. 61-87.
- LA BOÉTIE, É. de. *Discurso sobre a servidão voluntária*. 2. ed. Trad. e Pref. Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona, [1548]1997.
- NOVAES A. A outra margem do Ocidente. In: _____. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo. Companhia das Letras, 1999. p. 7-14.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Pontes, 1987.
- _____. *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1988.
- _____. *Terra à vista: discurso do confronto, velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975]1988.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SEPÚLVEDA, J. G. de. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los índios*. México: Fondo de Cultura Económica, [1549]1996.

Recebido em 21/07/12. Aprovado em 21/11/12.